

Diálogos ladino americanos: experiências de Brasil até Moçambique

Nubia Regina Moreira^{1*}  Ezra Alberto Chambal Nhampoca² 

¹Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - Brasil

²Universidade Eduardo Mondlane - Moçambique

*Autora de correspondência: nubia.moreira@uesb.edu.br

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: Esse texto foi escrito por duas mulheres negras que vivem em Moçambique e no Brasil, cujas reflexões são oriundas de exposições realizadas durante uma mesa redonda que objetivava discutir as situações de mulheres negras articuladas às vivências das expositoras. Nessa versão atual, o artigo em tom narrativo tem como objetivos apresentar uma discussão mais ampliada sobre as incidências das teorias feministas negras nos territórios distantes dos grandes centros e elucidar a vitalidade das lutas feministas em diferentes contextos. Destacamos as experiências de dois coletivos de mulheres, nomeadamente, do Coletivo Pretas da Dió (Vitória da Conquista/Ba) e da Associação Sororidade Moçambique (SOMO), que lutam para que mulheres negras tenham a educação e a informação como possibilidade de melhoria de suas vidas, seja pelo ingresso na educação básica e conclusão do ciclo escolar, pelo ingresso, permanência e conclusão do ensino superior, respectivamente, ou pela possibilidade de mulheres se juntarem em associações e se beneficiarem de formação em matérias de defesa de seus direitos, como sujeitas com agência em suas vidas. Para o caso de Moçambique, abordamos ainda a problemática do sexismo na educação, assim como a forma como as língua(gens) perpassam as questões de gênero, educação, linguagem e poder.

Associações
Mulheres
Brasil
Educação
Moçambique

ABSTRACT

KEYWORDS: This text was written by two black women living in Mozambique and Brazil, based on presentations made during a round-table discussion that aimed to debate the situations of black women by articulating experiences of exhibitors. In that current version, the narrative-based article aims to present a broader discussion on the impact of black feminist theories in territories far from major centers and elucidating the vitality of feminist struggles in different contexts. We highlight experiences of two women's collectives, namely, Coletivo Pretas da Dió (Vitória da Conquista/Ba) and Associação Sororidade Moçambique (SOMO) which fight for black women to have education and information as a possibility of improving their lives, whether through entry into basic education and completion of school cycle, or entry, permanence in and completion of higher education, respectively, as well as possibility of women joining associations and benefiting from training in matters of defending their rights, as subjects with agency in their lives. In the case of Mozambique, we also address the issue of sexism in education, as well as the way in which languages permeate issues of gender, education, language and power.

Women's
associations. Brazil.
Education.
Mozambique.

RESUMEN

PALABRAS CLAVE: Este texto lo escribieron dos mujeres negras, residentes en Mozambique y en Brasil, a partir de presentaciones realizadas durante una mesa redonda. Su objetivo era discutir lo experimentado por mujeres negras en articulación con lo vivido por las ponentes. En la actual versión, el artículo, bajo un tono narrativo, profundiza el debate sobre las incidencias de las teorías feministas negras en territorios alejados de los grandes centros y dilucida la vitalidad de las luchas feministas en diferentes contextos. Ponemos relieve en las experiencias de dos colectivos de mujeres, a saber, el Coletivo Pretas da Dió (Vitória da Conquista/BA) y la Associação Sororidade Moçambique (SOMO/MZ), que luchan para que mujeres negras tengan educación e información como posibilidades para mejorar sus vidas, ya sea a través del ingreso a la educación básica y la finalización del ciclo escolar, o del ingreso, permanencia y finalización de la educación superior, respectivamente, así como la posibilidad de que las mujeres se unan en asociaciones y se beneficien de la formación en materia de defensa de sus derechos, como sujetas con agencia en sus vidas. Para el caso de Mozambique, abordamos, incluso, la problemática del sexismo en la educación y la forma como las lenguas impregnan las cuestiones de género, educación, discurso y poder.

Asociaciones de
mujeres.
Brasil.
Educación.
Mozambique

Introdução

Esta parte do trabalho foi desenvolvida em face das intervenções na mesa redonda intitulada Diálogos Ladino-Amefricanos, no Seminário Fazendo Gênero 13, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil. A mesa objetivava discutir diversas situações da condição das mulheres, no Sul-Global, mais concretamente, das mulheres negras, fazendo as conexões e diálogos das suas vivências, num mundo pautado por um combo de discriminações, tais como racial, de gênero, de classe, entre outras que afetam as mulheres americanas e as africanas.

Trata-se, na verdade, de duas pesquisadoras e professoras situadas em países diferentes, Brasil e Moçambique. Elas fizeram suas exposições amparadas nas suas vivências como professoras e pesquisadoras, cujas práticas estão orientadas para a análise das incidências das teorias feministas negras nos territórios distantes dos grandes centros. O texto atual traz uma ampliação das discussões pautadas no referido seminário, mas com um outro tom, uma vez que as apresentações originais foram orais e a forma escrita expressa as nossas preocupações.

Temos como interrogação inicial do texto: como analisamos os efeitos das discriminações de gênero e raça na vida das mulheres nos territórios em que vivemos e desenvolvemos atividades de docência e pesquisa? Os objetivos foram expor como o contato entre as mulheres e pesquisadoras, cada uma em seu contexto, abalam as bases das teorias feministas, também, elucidar a vitalidade das teorias feministas negras frente aos diferentes contextos.

Na primeira parte do texto, apresentamos a narrativa sobre a experiência de uma das pesquisadoras no interior do estado baiano. Num estado conhecido como expressão da negritude, a narrativa de uma das autoras nos apresenta o sertão e as formas como são acomodadas as teorias e vivenciadas outras formas de ser mulher e negra. Estão presentes nessa parte a diversidade baiana em termos de território de identidade, pertencimento étnico-racial e feminino. São apresentadas as formas de recepção de lutas feministas por jovens estudantes universitárias por meio do acesso às redes sociais, prioritariamente blogueiras e influenciadoras negras. Expomos os conflitos e tensões geradas entre um debate

público midiático sobre raça, racismo, feminismo e o contato com um discurso acadêmico das ciências sociais acerca dos temas ora pontuados.

Na segunda parte do texto, abordamos gênero, educação, língua(gem) e poder em Moçambique diante da experiência do território moçambicano, concretamente, a questão do sexismo na educação em Moçambique. Debruçamo-nos também sobre a forma como ocorre a gestão linguística, denunciando a discriminação das línguas nativas, designadas línguas bantu moçambicanas, quer de forma implícita ou explícita, analisando até que ponto essa discriminação linguística reverbera na discriminação de mulheres e meninas. Por fim, relatamos a experiência da Associação Sororidade Moçambique (SOMO) com base em quatro depoimentos de mulheres moçambicanas integrantes da entidade, as quais relatam, em primeira pessoa, as suas experiências de convivência e de aprendizagem e como a SOMO mudou as suas vidas.

Movimentações de jovens mulheres negras universitárias no sertão baiano-mineiro

A Bahia em que vivo tem cheiro de milho e não de dendê, como rotineiramente conhecemos o estado. Estou mais perto do Vale do Jequitinhonha do que da capital Salvador, que fica a 502 km de distância. Após mais de duas décadas residindo no município de Vitória da Conquista, consegui me ambientar à cidade com o contato quase que diário com as/os estudantes em sala de aula da graduação e da pós-graduação. O tempo, os valores e os gostos locais vão aos poucos sendo acomodados com as ideias chegantes, por meio das pessoas de procedências de diferentes estados e municípios baianos. Aos poucos fui me ajustando, pegando a manha catingueira, embora a lembrança de ser estrangeira esteja presente no olhar das/dos de dentro.

Parte desse incômodo e da curiosidade em conhecer mais a região se tornaram demandas para pesquisa, cuja intenção tem sido produzir informações sobre mulheres negras sertanejas. Vivendo no sertão baiano na região sudoeste, tornou-se imperativo conhecer, por meio da pesquisa, as condições de vida, trabalho, saúde, educação do segmento feminino negro. Com esse sentimento, interrogamos-nos: o que chamamos de mulheres negras sertanejas? O que é o sertão? Segundo Veiga e Vasconcelos (2019, p. 107), “as sertanidades se referem

à territorialização de práticas e de saberes cuja permanência constitui rebeldias e desobediências corriqueiras". As sertanidades formam sujeitos múltiplos, no semiárido baiano há mais de duzentos municípios. Todavia, a Bahia ainda é somente reconhecida por sua capital e o recôncavo baiano.

Para situar os estudos sobre mulheres negras desse lado de cá, no interior, no sertão da ressaca, valho-me dos diálogos com os movimentos de mulheres negras, com as ativistas feministas negras de dentro e de fora das universidades públicas da Bahia, mas principalmente das estaduais, por eu estar vinculada a uma delas.

A teoria feminista negra é o terreno fértil que tem arado minhas sementeiras investigativas. Ciente das contribuições das intelectuais amefricanas, tenho cultivado o interesse em compreender os feminismos negros e os seus sentidos colhidos nas pesquisas produzidas. Considero, no entanto, que por parte da produção acadêmica brasileira sobre o feminismo negro, inclino-me para análises fundamentadas nas identidades, experiência e representatividade das mulheres negras (LEMO, 1997; MOREIRA, 2018; CARDOSO, 2012; BISPO, 2011; CHAVES, 2008; CESTARI, 2015). Até quando se trata da produção de conhecimento, é ressaltada uma produção subjetivada, pautada na experiência. Tomo esses registros como discursos instituídos e instituintes do campo de estudos feminista e de gênero.

Os primeiros frutos da colheita são provenientes de projeto de formação e encontros com mulheres negras, jovens universitárias, ingressantes na graduação e na pós-graduação.

Antes de iniciar a plantação, escolhi a história intelectual de mulheres negras (XAVIER, 2019; 2021) para arar o terreno; as sementes crioulas me trouxeram a robustez e a tenacidade experimentadas e expostas às ações das intempéries. E daí, a sabedoria das sementes, ao serem espalhadas na terra, produziram frutos saudáveis para alimentar os corpos e revesti-los com suas força e vibração vital. Tomo como metáfora a plantação no sentido de cultivo, sendo as sementes espécies raras, assim como a sabedoria que produz a intelectual negra.

Aqui encontro, na obra da intelectual Patricia Hill Collins (2019), a sabedoria atribuída às mulheres negras por serem capazes de driblar a estrutura e as imagens de controle. Como sementes crioulas, sendo sempre alvos dos invasores naturais, técnicos e humanos, fazê-las germinar é símbolo de vigor e permanência.

Por isso, defendemos que a produção intelectual de mulheres negras é um projeto de resistência que alia teorização à práxis, como todo o projeto feminista. No caso em questão, a experiência das mulheres negras como produtoras de conhecimento rasura, incomoda e disputa os espaços de produção hegemonicamente constituídos. Endosso, apoiada em Xavier (2021, p. 53), a existência de uma “Ciência de Mulheres Negras como uma teoria crítica que se caracteriza pela valorização dos pontos de vista da experiência e da articulação entre pensar e fazer de mulheres negras”. Daí a articulação entre os diferentes saberes advindos dos movimentos sociais, das salas de aula, dos quartos de trabalhadoras domésticas, das cozinhas, das rodas de samba, dos diários que expressam a visão que as próprias mulheres têm de/sobre/para suas vidas.

A proliferação das discussões feministas por meio das redes sociais teve forte impacto na organização das mulheres do sudoeste baiano, e elas estão alinhadas à política de ação afirmativa implantada no ano de 2009 na universidade estadual situada no município de Vitória da Conquista. A chegada de estudantes negros, primeiros de suas famílias a ingressarem na universidade, é marcada pela presença de jovens mulheres negras e jovens homens negros, provenientes dos cursos populares, das comunidades quilombolas que, ao entrarem na universidade, sentiram tanto o desconforto com o novo ambiente, quanto a morosidade da comunidade universitária em promover mudanças institucionais, curriculares e comportamentais propostas pela Lei 10.639/2003, alterada pela 11.645/2008, que tornaram obrigatórios o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e História e Cultura Indígena, respectivamente (BRASIL, 2004).

Como argumentei em outro momento (MOREIRA, 2024, p. 3), “a política de ação afirmativa precisa ser visível e flexível, visto que, quando ela ganha efetividade institucional começa a ser moldada frente às novas demandas dos sujeitos da política”. Desse modo, a presença de corpos negros, indígenas, quilombolas e trans nas universidades tem impulsionado mudanças na cultura universitária.

Surfando nesse cenário, resolvi chamar as jovens negras que estavam acessando a universidade como cotistas. Essas jovens faziam parte das primeiras turmas beneficiadas pela política de ação afirmativa da universidade pública do município. As tensões que possivelmente ocorrem quando grupos provenientes de

camadas populares entram em contato com o *habitus* acadêmico são expressas por um repertório hermético e pelo desinteresse das(os) docentes em compreender seu papel em converter a universidade num espaço mais plural.

O Coletivo Pretas da Dió era um espaço inicialmente pensado para reforço escolar, mas, à medida que as reuniões ocorriam, outras questões foram surgindo. Então, as universitárias reunidas e em rede lutavam para diminuir o sofrimento causado pelas dificuldades e distanciamento entre suas realidades e o repertório acadêmico, e, ao mesmo tempo em contato com o debate das redes sociais sobre raça, racismo, desigualdade e feminismos começam a se organizar dentro da universidade em torno das pautas feministas negras.

Dentre os vários coletivos surgidos após 2009, ano de implantação da política de ação afirmativa na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), destacamos o Coletivo Pretas da Dió, formado em 2014, inicialmente como um grupo de estudos que congregava as estudantes da graduação, da pós-graduação e jovens que ainda não estavam na universidade. O nome foi uma homenagem a Dionísia de Oliveira Silva (1935-2012) que, segundo a pesquisadora Nogueira (2016, p. 13), "se tornou a primeira baiana de acarajé, na cidade de Vitória da Conquista. Entre religião e trabalho, suas iguarias afro baianas foram o sustento da sua família até a sua morte".

O Coletivo Pretas da Dió inspirado em reavivar e escavar o protagonismo de mulheres negras vivas, falecidas e esquecidas no e do sudoeste baiano, elege Dona Dió, como um guia para que outras mulheres negras pudessem elaborar táticas de sobrevivência dentro das condições de possibilidade na sociedade conquistense.

Guiadas pela história das organizações de mulheres negras de gerações anteriores, tais como os coletivos de mulheres negras do movimento negro unificado da Bahia e da Ação Pastoral Negra (APN), sediadas em Vitória da Conquista, essas jovens mulheres conhecem a caminhada ativista intelectual de Lélia Gonzalez, Luiza Bairros, Ana Celia Silva, Sueli Carneiro e bell hooks e começam a ter como objetivo compreender, por meio de leitura e de discussões, o lugar da mulher negra e seus corpos.

Ao se definirem como um coletivo de feministas negras localizado no interior da Bahia, ficam concentradas suas ações no eixo da cidade de Vitória da Conquista, BA. Elas elegem como princípios:

1) É um grupo formado por mulheres que se autodeclararam e se reconhecem politicamente como negras e feministas; 2) É um grupo de mulheres que se dispõe a lutar pelo viés do feminismo negro para combater todas as formas de violência: racismo, sexismo, lesbofobia, homofobia, transfobia e todas as violências que ferem a dignidade humana; 3) feminismo negro aqui é uma ideologia que se opõe ao capitalismo e a todas as opressões que se direcionam às mulheres negras na diáspora africana; 4) é um grupo sem fins lucrativo; 5) é um grupo que preserva os valores ancestrais e simbólicos que compõe a cultura afro-brasileira.

Nós, mulheres negras, aqui representadas pelo Coletivo Feminista Pretas da Dió, viemos nesse 08 de março de 2019 levantar nossas vozes **PELA VIDA DAS MULHERES NEGRAS**.

Fazemos coro a campanha **Vidas Negras Importam** para afirmar que **A VIDA DAS MULHERES NEGRAS IMPORTAM!**

No ano de 2015 as mulheres negras brasileiras em marcha contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver, foi mais momento de denunciar as desigualdades sexuais, sociais e raciais existentes, indicando as diversas visões que as mulheres negras brasileiras têm em relação ao seu futuro.

Afirmamos também nosso direito a humanidade frente a Violência Racista que sentimos todos os dias tanto nas relações interpessoais quanto nos órgãos públicos o que nos traz **DORES** física, emocional, patrimonial, moral.

O Coletivo Feminista Pretas da Dió se coloca em apoio aos princípios que alicerçam o conjunto de reivindicações expressa na Carta das mulheres Negras produzida pela Articulação das Mulheres Negras Brasileiras, como resultado da Marcha de 2015:

Essas ações gestadas no seio das organizações das mulheres negras autodenominadas feministas negras ou não, é resultado de quatro décadas de ativismo protagonizado pelas mulheres negras.

Nós, mulheres negras da Dió, irmanadas com as mulheres do mundo afetadas pelo racismo, sexismo, lesbofobia, transfobia e outras formas de discriminação, seguiremos em marcha e gritamos: **A VIDA DAS MULHERES NEGRAS IMPORTAM!**

Na condição de protagonistas, oferecemos ao Estado e à Sociedade brasileiros nossas experiências como forma de construirmos coletivamente uma outra dinâmica de vida e ação política, que só é possível por meio da superação do racismo, do sexismo e de todas as formas de discriminação, responsáveis pela negação da humanidade de mulheres e homens negros.

Nesse 08 de março, nós Pretas da Dió, nos levantamos contra a política de morte dos Estado brasileiro que tem reforçado que nós negras e negros somos seres descartáveis.

Gritamos a para exigir o fim do racismo e da violência que se manifestam no genocídio dos jovens negros; na saúde, onde a mortalidade materna entre mulheres negras está relacionada à dificuldade do acesso a esses serviços, à baixa qualidade do atendimento aliada à falta de ações e de capacitação de profissionais de saúde voltadas especificamente para os riscos a que as mulheres negras estão expostas; da segurança pública cujos operadores e operadoras decidem quem deve viver e quem deve morrer mediante a omissão do Estado e da sociedade para com as nossas vidas negras (AMNB, 2015, p. 163).

Que nesse dia, 08 de março, nós mulheres negras, representadas pelo Coletivo Feminista Pretas da Dió, chamamos nossa ancestralidade afro-indígena para que juntas possamos aprendermos umas com as outras, compartilharmos nossas experiências para que em marcha convoquemos a sociedade brasileira se levantar contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver (Ata de reunião do dia 2019).

O Coletivo Pretas da Dió é fruto de uma geração de feministas negras que vai conhecer a luta das mulheres negras nas universidades (LIMA, 2025) em função do contato com professoras ativistas ligadas às organizações negras locais ou da capital baiana, pesquisadoras/es das religiões afro-brasileiras, professoras ativas na reivindicação para a implementação e para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Essas mulheres iniciam seus processos de transição capilar, aderem a uma moda negra referenciada, acessam a cultura musical produzidas por artistas negros nacionais e internacionais, tornam-se ativistas jovens universitárias do Sertão da Ressaca.

Gênero, educação, língua(gem) e poder em Moçambique

O meu lugar de fala é de uma mulher moçambicana, professora e pesquisadora, mãe de 3 meninas: Ndawina, Maya Luna e Dominique Joaquina. Sou de Moçambique, um dos 55 países (contando com o Saara Ocidental, ainda em processo de inserção) do continente africano. Moçambique situa-se na África Austral, na costa oriental de África. Tal como o Brasil, foi colonizado por Portugal e obteve a sua independência em 1975. Tem o português como língua oficial e tem mais de 20 línguas de origem bantu, que são as mais faladas pela população moçambicana, sobretudo nas regiões rurais, onde a maior parte da população (cerca de 80%), possui uma ou várias línguas bantu como maternas, sendo apenas

16% o percentual da população moçambicana que tem o português como língua materna. É um país multilíngue, multiétnico e multicultural, como sucede com a maioria dos países africanos. Estas características conferem ao país uma diversidade linguístico-cultural.

Portanto, sou, uma pessoa que já passou e passa por muitos atravessamentos. Primeiro, por ser mulher, num mundo que discrimina e tende a invisibilizar as mulheres e impõe quais devem ser as suas escolhas e destinos; uma mulher negra, o que por si, determina outro atravessamento de raça neste mundo onde a discriminação racial circula num à-vontade, porque se configura estrutural e estruturante; uma mulher negra, sobretudo não “gringa”, ou seja, uma mulher negra do continente africano, um continente que embora seja muito rico culturalmente e em recursos, é continuamente roubado e empobrecido, o que implica que sou atravessada também pela questão de classe. Para além dos atravessamentos já mencionados, há outro que muitas vezes é velado, o de ser mãe — uma mulher negra-africana e mãe que também ousou quebrar as barreiras impostas às mulheres-mães e se tornar doutora e pesquisadora. Portanto, sou uma mulher-negra-africana-mãe-professora-pesquisadora.

Formada em Linguística e pesquisando na área de línguas bantu e políticas linguísticas críticas em contextos ex-colonizados, entendo que não há como trabalhar as questões de gênero, discutir uma metodologia transformacional feminista sem considerar a questão “LÍNGUAS,” pois é em função das línguas e das linguagens que perpassam todas as questões de gênero, bem como das relações de poder que ditam e sustentam as discriminações que afetam as mulheres.

Durante muito tempo, em Moçambique a prioridade de instrução escolar era exclusivamente para os rapazes, como resultado de uma secular cultura patriarcal e machista, isto tem mudado nos últimos tempos, com políticas governamentais de inclusão das meninas no sistema nacional de educação. Contudo, os desafios continuam, porque se atualmente as meninas já podem sim ir à escola, continuam tendo grandes desafios para a sua permanência na escola e avanço para os outros níveis de ensino até o ensino superior, terminando, muitas vezes, no ensino primário, sobretudo nas regiões rurais, onde reside a maior parte da população moçambicana.

Tanto a problemática da inclusão de meninas e mulheres, quanto a exaltação da força da mulher moçambicana são abordadas por Lília Momplé¹, escritora moçambicana. Dialoguemos, pois, com base na Literatura, partindo da escrita desta escritora.

No conto O Sonho de Alima, que se encontra no livro Os Olhos da cobra verde (1997), em que conta a história de Alima, uma menina que é proibida de ir à escola pelo pai. Apenas os irmãos da Alima é que têm essa oportunidade. A mãe que também não foi à escola, em vão apela para que Alima tenha a mesma oportunidade de ir à escola tal como os irmãos (NHAMPOCA; AVIZ, 2021).

Com este conto, Lília, por meio de suas fortes personagens, transmite uma forte mensagem feminista e antipatriarcal ao mostrar que a personagem Alima, além de só nascer no tempo dela, quando atinge a fase adulta, leva uma vida contrariando todo um sistema tradicionalmente patriarcal. Ela demonstra possuir opinião própria e é ela que toma suas próprias decisões, além de fazer escolhas para a sua vida.

Enquanto dependia dos pais, a ousadia de Alima foi velada, mas ao crescer, foi ela que escolheu o próprio marido. Depois de se casar, decidiu estudar como forma de realizar um sonho antigo de infância que só não se realizara antes porque o pai deu prioridade de frequentar a escola aos irmãos-homens da Alima, apesar dos vários apelos de sua mãe.

No conto O sonho de Alima, a personagem Alima é protagonista e a menina já nasce rebelde. Durante o seu parto, recusa-se a nascer, fazendo com que o seu parto se prolongue, como podemos observar nos trechos abaixo.

- É uma criança obstinada... recusa-se a deixar a barriga da mãe! – disse a parteira. A irmã da mãe da Alima que também assistia o parto, contrapõe-se à parteira e diz-lhe:
- Não é uma criança obstinada, é uma criança que sabe o que quer. Ela sabe que no ventre da mãe está melhor do que nesta vida!

¹ Lília Maria Clara Carrière Momplé nasceu em Moçambique, na província de Nampula, localizada no norte do país. De acordo com Nhampoca e Aviz (2021), no seio da literatura moçambicana, a autora destaca-se pelos três livros a seguir: Ninguém matou Suhura (Contos, 1988), Neighbours (Romance, 1996) e Os olhos da cobra verde (Contos, 1997).

Na sua escrita, Momplé cria personagens femininas fortes, assertivas e que se impõe frente à opressão. A autora não deixa de abordar a problemática do acesso à educação por parte das meninas e mulheres. Por exemplo, a personagem Alima, cujo pai nega-lhe a oportunidade de acesso à educação, às escondidas e tentava aprender, usando os livros dos tentam ler através dos livros dos irmãos.

Quando cresce, Alima continua sendo uma mulher forte, não aceita que lhe escolham um marido, como era a prática da sua comunidade, ela escolhe o marido que quer. Alima também se inscreve num curso de alfabetização para enfim aprender a ler e a escrever.

Ainda sobre o acesso à educação, trago um exemplo do Ensino Primário de Moçambique. Atualmente, verifica-se a entrada e a participação massiva de meninas no ensino primário, mas o número das que frequentam a escola vai diminuindo com o seu crescimento, pois, à medida que essas meninas crescem, por diversos motivos, não conseguem chegar ao ensino secundário e, conseqüentemente, à universidade (NHAMPOCA, 2021).

A seguir alguns exemplos dos obstáculos enfrentados por elas para darem continuidade à sua escolaridade: falta de condições para continuar nos níveis subsequentes, pois em Moçambique, o ensino é gratuito apenas até a 9ª classe; obrigação de realizar trabalhos domésticos nas famílias já que, em geral, as meninas é que são obrigadas a cumprir um ritual que se assenta aos papéis de gênero; violência doméstica baseada no gênero, em Moçambique a violência doméstica baseada no gênero ainda atinge grandemente as meninas e mulheres; violação sexual, a questão da violação sexual de meninas é gritante em Moçambique e esse é ainda um problema grave no país e que prejudica sobremaneira os direitos das meninas e das mulheres; uniões prematuras, visto que Moçambique ainda é um dos países que apresenta uma elevada prevalência de uniões prematuras, que são aquelas envolvendo menores de 18 anos de idade, ainda que em Moçambique, só seja permitido o casamento ou qualquer tipo de união conjugal a partir dos 18 anos. As uniões prematuras são também uniões

forçadas, uma vez que, geralmente, as menores são obrigadas a entrar nelas, seja, pelos pais, ou outras pessoas adultas.²

Linguagem e gênero: onde entra a questão linguística e como se interliga com gênero e poder?

No contexto africano, no geral e em particular em Moçambique, as línguas nativas, que são as de origem bantu, são sagradas para os sujeitos. Segundo Severo (2014), é por intermédio delas que os moçambicanos vivem as suas práticas cotidianas. E estas línguas são continuamente excluídas da construção e desenvolvimento do país, conseqüentemente seus falantes, em sua maioria mulheres, por serem as menos escolarizadas no que se refere à educação formal, durante muito tempo feita exclusivamente em português. Portanto, diálogos do Sul-Global devem chamar atenção sobre a necessidade de prestarmos atenção às línguas dos povos originários da África e das Américas. África e América precisam se unir e se colocar contra o fim do mundo (KRENAK, 2020), seja em relação ao silenciamento, desprezo, invisibilização e eliminação das culturas, línguas e linguagens das populações do Sul-Global.

Moçambique tem o português como a única língua oficial, ignorando, nesta questão da oficialidade, as mais de 20 línguas bantu moçambicanas. Desde a proclamação do português como língua oficial, o país continua com cerca de 80% da população que tem uma língua bantu moçambicana ou mais como maternas, como mostraram os 4 censos já realizados e os 4 relatórios sobre harmonização da ortografia das línguas bantu moçambicanas (Moçambique, 2019). Contudo, o Sistema Nacional de Educação implementado pelos sucessivos governos de Moçambique, mesmo com a introdução do Ensino Bilingue em 2003, continua a privilegiar o português, tanto como língua oficial, quanto como instrumento de ensino, impondo, desta forma, uma língua que a população moçambicana menos fala e principalmente as mulheres, por causa do seu histórico de pouco acesso à educação.

² A despeito da aprovação da lei contra as uniões prematuras, a Lei 19/2019 de 22 de outubro, Lei de Prevenção e Combate às Uniões Prematuras, estas continuam a arruinar a vida das meninas, tirando-as da escola, do seio familiar e violando, sistematicamente, os seus direitos.

O recurso ao uso do português por parte do Estado moçambicano verifica-se também na elaboração, divulgação e implementação das leis, pois as leis, regulamentos, documentos, até aqueles que fundam e fundamentam a cidadania dos moçambicanos, com destaque para a Constituição da República (recentemente, por iniciativa de uma Organização Não Governamental (ONG), traduziu a Constituição da República para duas das línguas bantu moçambicanas, Emakhuwa e Xichangana). Leis, informações e toda a legislação sobre assuntos de gênero estão em português, às vezes até em inglês, o que representa um cenário de colonização linguística, num país em que 80% da população continua a falar e/ou tendo uma língua ou línguas bantu como maternas.

Mais preocupante ainda é o facto de até as reuniões, as palestras e outros eventos de divulgação sobre assuntos de género, na sua maioria ser em português. Igualmente, nas comunicações oficiais e na função pública, como por exemplo o Parlamento, os ministérios etc., privilegia-se o português como instrumento de comunicação, o que revela uma falta de cuidado (SEVERO; NHAMPOCA, 2021), não só com as línguas, mas principalmente com os seus falantes, pois, como defende Makoni (2018), línguas e linguagens são sim importantes, mas seus falantes são muito mais, se os falantes morrem, as línguas também desaparecem, portanto, os falantes são primordiais ou pelo menos deviam ser.

Ora, esta é uma política de exclusão que afecta em grande medida as meninas e mulheres por serem as que ao longo da história do país tiveram menos acesso à escola e, conseqüentemente, à aprendizagem da língua oficial.

A experiência Associação Sororidade Moçambique (SOMO)³ à luz de quatro integrantes

³ As integrantes deram os seus depoimentos no âmbito da escrita deste artigo, em setembro de 2025, a pedido das autoras do texto. Elas foram consideradas como colaboradoras, ao participarem com os seus depoimentos e o fizeram de forma livre e espontânea como fica confirmado nas declarações que elas assinam (em anexo). As deponentes declararam, igualmente, ser seu desejo que os seus nomes aparecessem divulgados para que o público tenha conhecimento da participação delas. Salientamos que diferentemente do que ocorre com as pesquisas guiadas pela hegemonia ocidental de ocultação dos nomes dos participantes nas pesquisas, justificando tal obrigatoriedade para atender a questões éticas, em alguns contextos africanos, a tendência é contrária e nós decidimos respeitar esta especificidade. No contexto africano, os participantes em pesquisas, informantes, entrevistados, deponentes, entre outros, preferem aparecer mencionados; é uma honra para essas pessoas, em muitos casos (exceto os casos de pesquisas realizadas com cunho de orientação ocidental, porque há), ocultar os nomes

Eu aprendi muito, muito mesmo na SOMO, os debates e discussões abriram os meus olhos para novas perspectivas sobre crenças e valores. Então posso dizer que fazer parte da SOMO mudou a minha vida. Foi na SOMO que encontrei respostas para muitas das perguntas que me fiz e fazia a outras pessoas durante a minha vida toda, como por exemplo, "A questão da submissão da mulher ao homem". A abordagem da sociedade sobre a submissão que a mulher deve ao homem sempre me fazia questionar se a mulher é vista como escrava ou objeto do homem. Quando eu me casei e passei pelo kulaya ficou patente que tudo quanto eu via e ouvia tinha que viver e cumprir, sem questionar. Alguns dos ditos "conselhos", como: "Deves respeitar o teu marido, servi-lo, obedecê-lo, cuidá-lo e torna-lo meu bebê, etc." a minha questão era: "E eu, quem irá me respeitar, servir-me, obedecer-me, cuidar de mim?" e a outra ainda: "como tornar uma pessoa adulta em meu bebê, sem que isto seja apenas uma metáfora?"

Os debates na SOMO, contrariaram todas aquelas coisas sem sentido que me haviam ensinado a vida toda. Aprendi que sim, devia respeitar e cuidar do meu marido, mas que tinha o direito de ter isso de volta também, que tudo isso devia ser recíproco. Estar na SOMO despertou o valor que tenho como mulher no lar, na família, no trabalho e na sociedade. O aprendizado que tive na SOMO, levou-me a refletir sobre a dita submissão, patente na Bíblia em Efésios 5:22-24, que instrui as esposas a se submeterem aos seus maridos, assim como a igreja se submete a Cristo. E há também Efésios 5:25 e Colossenses 3:19, instruindo os homens a amar as suas esposas de forma sacrificial, como Cristo amou a igreja. E pude entender que a submissão deve ser recíproca. Não posso submeter-me sem amar, e ele não pode me amar sem se submeter.

Foi possível também aprender sobre o cuidado da e na família, a educação que devemos dar às nossas filhas e aos nossos filhos no contexto das relações de gênero. Criá-los e educá-los como feministas de igual forma. Aprendi também sobre a liderança da mulher na sociedade, no trabalho e na igreja. Superei o mito de que a mulher não pode ser líder, isto foi um grande passo para mim. Agora, eu sei que posso lutar pelos meus direitos e ser uma líder em diferentes contextos. A SOMO me ensinou a ser mais confiante e a lutar pelos meus direitos no local de trabalho, na igreja, na sociedade e no lar. Eu aprendi sobre a importância da independência financeira e que existem mulheres chefes de família, além dos homens. Eu sou grata pela oportunidade de fazer parte da SOMO e por ter aprendido tanto sobre vários temas (Cristina Cossa Chambal, 2025).

das pessoas que participaram de uma pesquisa, chega a ser ofensivo, portanto, antiético, ou seja, o que é tido como ético no contexto geral da academia, muitas vezes orientada por um viés ocidental, é antiético em contextos específicos africanos, sobretudo. Então, para respeitar a vontade das deponentes de ter os nomes não ocultados, e que elas não consideram esse um ato antiético, não ocultamos os nomes delas no texto, mas este nosso posicionamento é, também, um enfrentamento ao padrão vigente do tratamento das questões éticas em pesquisas acadêmicas, que muitas vezes não consideram especificidades, aniquilando, dessa forma, outras epistemologias.

Entrei na SOMO no ano de 2019, a Professora XXX foi minha docente na Universidade Eduardo Mondlane, e ouvi com a minha colega de turma Raviesa, que ela organizou um encontro na casa dela de conversa e chamava chá das meninas, no primeiro não fui mas no segundo participei e gostei dos assuntos que lá se tratavam e desde esse dia não parei mais até hoje. Faço parte do grupo que fundou a SOMO, para mim é com muito orgulho que o digo, pois os ideais desta Associação vão de acordo com os meus interesses pessoais como Mulher, Mãe e profissional da sociedade moçambicana.

Fazer parte da SOMO, mudou muita coisa na minha vida, muita coisa mudou, existe aquele ditado que diz: "Diz-me com quem andas e direi quem és", então escolhi andar com mulheres sábias e me tornei sábia também. Passei a ter mais empatia por outras mulheres e crianças, mudei a visão que tinha sobre o feminismo, sobre os direitos das mulheres. Mesmo no meu lar com meu esposo aconteciam coisas que eu achava que eram normais, mas não eram, mas sim eram violação dos meus direitos como pessoa ou cidadã moçambicana, mesmo no ambiente profissional, era igual, mas hoje, não aceito que os meus direitos sejam violados e também não aceito que outras mulheres passem o mesmo.

Melhorei a forma de educar os meus filhos porque nos nossos encontros, falamos e trocamos experiências sobre esse ponto. Aprendi ainda a me engajar mais nas causas de defesa e dos direitos das mulheres e das meninas.

Enfim, é muito aprendizado que levaríamos muito tempo a conversar, o que posso dizer é que sou feliz por fazer parte da SOMO, porque além de sermos associadas somos também uma família que está junta nos melhores e piores momentos da vida (Juvita Stela Ngovo, 2025).

Sou Madalena Nelsa Langa, sou membra da Associação Sororidade Moçambique. Entrei na SOMO em 2019. Na altura, eu era estudante da professora XXX. Um dia, na sala de aulas, ouvi uma colega a comentar sobre ter estado num debate sobre direitos humanos das mulheres, em casa da professora XXXX. Essa colega, falou de algo que eu nunca tinha ouvido, sororidade! Procurei saber o que era, e ela explicou que era empatia, amor, respeito e apoio entre as mulheres. Fiquei muito interessada e entrei em contacto com professora e pedi para fazer parte do grupo. Fui aceite e fui bem recebida. No início, era tudo novo para mim. Existia um certo medo da mudança em mim, mas fazer parte da SOMO, mudou a minha vida, porque encontrei ali, um espaço de acolhimento e fiquei. Até hoje, sinto que na SOMO, cada palavra, cada frase, cada mensagem, cada gesto, dizem-me que não estou sozinha, que é um espaço onde posso ter apoio; posso sorrir, rir, chorar, posso aprender, trocar e crescer. Hoje, sinto-me grata por ter sido acolhida e sou feliz por fazer parte deste cantinho especial, onde cada mulher traz a sua luz e torna o grupo mais forte. A SOMO fez e faz toda a diferença na minha vida, por isso agradeço (Madalena Nelsa Langa, 2025).

Sou, Nelsa Bila, de 33 anos de idade, casada e mãe de 2 filhos. Entrei na SOMO através de um convite feito pela professora XXXX que já me

tinham apresentado a ela na Secção de Línguas Bantu, da Universidade Eduardo Mondlane, onde juntas trabalhávamos.

Quando nos conhecemos a Profa. XXXX acabava de chegar do Brasil, onde tinha ido fazer o doutorado. Nessa altura, o projeto ainda era só uma ideia em mente. Fizemos muitos trabalhos juntas que acabei fazendo parte da vida do professor XXXX, tanto que, quando chegou o momento de concretizar a ideia da criação da associação só recebi uma mensagem de *whatsapp* a convidar-me para fazer parte do grupo. Eu aceitei o convite e logo fui adicionada ao grupo e aí marcou-se o primeiro encontro presencial, onde nos conhecemos com as outras e aprendemos muito. O grupo foi crescendo até chegar a fase da oficialização do mesmo, que também fiz parte e até hoje firmo-me como membro activa da SOMO.

Ser desta associação mudou a minha vida no concernente ao meu modo de agir perante situações domésticas, principalmente. Por exemplo, eu fui criada num ambiente de muita violência física, verbal e psicológica, eu mesma levei muito da minha mãe que acabei crescendo com traumas porque eu era a criança que era contra violência daí que fazia de tudo para que não fizesse algo que aborresse aos meus pais, mas infelizmente acabei sendo uma das meninas que mais apanhou da minha mãe e várias vezes sem motivos palpáveis. Então, ser membro da SOMO veio descarregar o peso que carregava na minha consciência sobre como poderia ser uma mãe diferente da que tive, aprendo a cada dia as melhores formas de se direccionar aos outros, as boas maneiras de lidar com os filhos, aprendi através da ciência com os debates sobre vários temas que se tem discutido e da própria presidente, a professora XXXX, que é para mim um grande exemplo que tento a seguir, sobretudo o cuidado da linguagem que ela tem ao se dirigir às pessoas, cativa-me bastante.

Hoje sou uma mulher que não esconde sentimentos, sei dizer a outra mulher que a amo, não tenho problemas em demonstrar carinho com qualquer pessoa, algo que no seio da minha família era extremamente estranho e quase que, inexistente. Esta transformação que tenho tido na SOMO transparecesse ao meu EU, em qualquer lugar onde eu estou e traz resultados visíveis, principalmente na família. Foi através da minha transformação que consegui unir uma família desfeita há gerações, hoje temos um grupo de família já há 3 anos, forte e resiliente que tende a puxar mais gerações.

O retorno que recebo pela minha forma de ser me faz ter a certeza de que, através do aprendizado que tenho tido na SOMO, tornei-me um grande exemplo e de boa influência na família. Além desta transformação interior que tive na SOMO tenho aprendido várias coisas que contribuem no meu crescimento profissional. Hoje sou uma mulher sem medo de desafios e prontos a aprender e capaz de se defender e lutar contra os ataques machistas na sociedade (Nelsa Bila, 2025).

“As mulheres são como a água: quando se juntam crescem”. É assim que iniciamos a partilha da história da SOMO. O grupo é atualmente constituído por

cerca de 20 mulheres que se juntaram para se formar, fortalecerem-se e militar pelos seus direitos de viver. Este facto mostra que apesar de tudo, há um grande enfrentamento ao fim do mundo que se impõe continuamente às mulheres e meninas, a cada dia, em todo o mundo. E é preciso pensar em alternativas na e para a educação, então, é assim que surge a SOMO.

Ao ver continuamente a discriminação de gênero enfrentada pelas estudantes, a forma como elas aceitavam essa discriminação, considerando-a normal, em razão de estarem imbuídas numa cultura machista que ensina, defende e perpetua a opressão das mulheres, bem como a ideia de que elas são inferiores aos homens, que uma das autoras, na universidade, fundou a SOMO. Segundo a fundadora da SOMO, ela via essa discriminação e decidiu fundar a SOMO para ensinar, discutir e conversar com as suas estudantes sobre direitos humanos, incluindo os direitos delas como mulheres, formando-as numa metodologia transformacional que possibilitasse àquelas mulheres saberem que elas têm direitos e que têm sim o direito de gozar esses direitos, assim como fazer suas escolhas, nas suas vidas.

A SOMO objetiva recorrer à formação e informação como instrumentos emancipadores e de transformação, para que haja cada vez mais mulheres e meninas a conhecerem e a se reconhecerem como sujeitas de suas vidas e de seus corpos, desafiando os padrões impostos pelas práticas culturais e fundamentalismos religiosos que ainda se sobrepõem, em muitos casos, aos instrumentos democráticos, de equidade de gênero e às lutas das associações de mulheres. Hoje a SOMO é constituída por mulheres emancipadas, formadas e informadas sobre os seus direitos e capacitadas para ajudar outras mulheres e fortalecê-las. Como se pôde observar, por meio das vozes das quatro mulheres, a vida delas e das suas famílias mudou após serem integradas à SOMO.

Considerações Finais

As reflexões apresentadas ao longo deste artigo buscaram evidenciar as múltiplas formas pelas quais as mulheres negras, em seus diferentes contextos, constroem práticas de resistência, conhecimento e solidariedade. A análise das experiências do Coletivo Pretas da Dió, no Brasil, e da Associação Sororidade

Moçambique (SOMO), em Moçambique, permite compreender que as teorias feministas negras ultrapassam os limites acadêmicos e se consolidam como práticas sociais e políticas de transformação.

Ao tomarmos como ponto de partida os territórios do sertão baiano e das comunidades moçambicanas, observamos que a luta das mulheres negras pela educação, pela igualdade de gênero e pelo reconhecimento de suas línguas e saberes locais configura-se como um movimento contínuo de afirmação de suas existências. Essas trajetórias revelam que a teoria feminista negra, mais do que um campo de pensamento, é uma metodologia de vida e de atuação coletiva, profundamente enraizada nas realidades do Sul-Global.

Os depoimentos e as narrativas analisadas demonstram que o acesso ao conhecimento e a criação de redes de apoio entre mulheres negras contribuem para a ampliação de sua autonomia e participação social. Diante dessas experiências, reafirma-se a importância da educação e da linguagem como instrumento de emancipação e de construção de cidadania.

Dessa forma, o diálogo entre Brasil e Moçambique reitera que a resistência das mulheres negras é também uma forma de produção de conhecimento e de reconstrução das epistemologias tradicionais. Ao promover o encontro entre práticas e saberes de diferentes territórios, reafirmamos o compromisso ético e político de valorizar as vozes que historicamente foram silenciadas, reconhecendo nelas a potência para pensar e transformar o mundo.

Referências

A militância das mulheres negras: minoria e resistência. Avoador, 7 mai. 2018. Disponível em: <https://avoador.com.br/maria-maria/a-militancia-das-mulheres-negras-minoria-e-resistencia/> . Acesso em: 13 dez. 2025.

BISPO, Silvana Souza. **Feminismos em debate: reflexões sobre a organização do movimento de mulheres negras em Salvador (1978–1997)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: MEC, 2004.

CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. 2012. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

CESTARI, Mariana Jafet. **Vozes-mulheres negras ou feministas e antirracistas graças às Yabás**. 2015. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

CHAVES, Mariana Nogueira. **As lutas das mulheres negras: identidade e militância na construção do sujeito político**. 2008. 118 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e política do empoderamento**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil: ideias para salvar a humanidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LEMOS, Rosália. **Feminismo negro em construção: a organização do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia da UFRJ, Rio de Janeiro, 1997.

LIMA, Dulcilei. **Caracterização dos feminismos negros: dos coletivos da geração MNU às coletividades virtuais**. *Civitas*, Porto Alegre, v. 25, e46400, jan. 2025.

MAKONI, Sinfree. **Da linguística humana ao sistema “d” e às ordens espontâneas: uma abordagem à emergência das línguas indígenas africanas**. Tradução de Alexandre Cohn da Silveira. *Revista da ABRALIN*, v. 17, n. 2, p. 376–419, 2018.

MOÇAMBIQUE. Instituto Nacional de Estatística. **IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2017: indicadores sócio-demográficos**. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, 2019.

MOMPLÉ, Lília. **Ninguém matou Suhura**. Maputo: Associação dos Escritores Moçambicanos, 1988.

MOMPLÉ, Lília. **Os olhos da cobra verde**. Maputo: Associação dos Escritores Moçambicanos, 1997.

MOREIRA, Nubia Regina. **A Organização das feministas negras no Brasil**. 2ª ed. Vitória da Conquista, BA: Edições UESB, 2018.

MOREIRA, Nubia Regina. **Aquilombamento curricular: o Nordeste e a luta pelas políticas afirmativas e a redemocratização do país**. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, v. 17, n. 36, e22247, 2024. DOI: 10.20952/revtee.v17i36.22247.

NHAMPOCA, Ezra Alberto Chambal. **Educação e direitos das mulheres em tempos de pandemia em Moçambique**. *Revista de Educação Pública*, v. 30, p. 1–21, jan./dez. 2021.

NHAMPOCA, Ezra Alberto Chambal; AVIZ, Roselete. **A voz narrativa de Lília Momplé: um marco de referência no feminismo moçambicano**. *Revista Ártemis*, v. 32, n. 1, p. 108–129, jul./dez. 2021.

NOGUEIRA, Martha Maria Brito. **Mulheres negras e empoderamento: trajetória e memórias de Dona Dió de Acarajé na cidade de Vitória da Conquista/Bahia**. 2016. Dissertação (Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, 2016.

PRETAS DA DIÓ (página). Facebook. Disponível em: https://www.facebook.com/PretasdaDio/?locale=pt_BR . Acesso em: 13 dez. 2025.

SEVERO, Cristine. **Línguas e Estados nacionais: problematizações históricas e implicações**. In: SERRA, Carlos (org.). *Estão as línguas nacionais em perigo?* Lisboa: Escolar Editora, 2014, p. 9–36.

SEVERO, Cristine; NHAMPOCA, Ezra Alberto Chambal. **Políticas linguísticas e a ética do cuidado**. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 18, n. 4, p. 6797–6810, out./dez. 2021.

VEIGA, Ana Maria; VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira. **Lugares de escuta e de acolhimento nas pesquisas sobre sertanidades**. *Saeculum: Revista de História*, João Pessoa, v. 24, n. 41, p. 196–203, 2019.

XAVIER, Giovanna. **Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando a sua própria história**. Rio de Janeiro: Malê, 2019.

XAVIER, Giovana. **Ciência de mulheres negras: um experimento de insubmissão**. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 45, n. esp. 1, p. 51–59, out. 2021.